

CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO



Pelo presente instrumento, de um lado o **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA PESCA DE ITAJAÍ - SC.**, com sede e escritório em Itajaí - SC, à Rua Pedro Ferreira nº 102, 2º andar, neste ato representado por seu presidente, GIÁCOMO VICENTE PERCIAVALLE, autorizado pela Assembléia Geral Ordinária, e de outro lado o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE PESCA DE SANTA CATARINA**, com sede em Itajaí - SC., à Rua Blumenau nº 500, neste ato representado por seu presidente, MANOEL XAVIER DE MARIA, devidamente autorizado pela sua Assembléia Geral Extraordinária, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente **CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO**, que vigorará dentro da base territorial que for comum às entidades, com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DA VIGÊNCIA

O presente CONTRATO terá vigência de um (01) ano a contar de 1º de Março de 1999 e com término em 28 de Fevereiro de 2.000.

CLÁUSULA 2ª - DATA BASE

A data base da categoria profissional fica fixada em 1º de Março.

CLÁUSULA 3ª - CORREÇÃO SALARIAL

O salário dos integrantes da categoria será corrigido em 100% do índice do INPC acumulado no período de 1º.03.98 a 28.02.99, excluídos os que percebam e o PISO SALARIAL, que tem valor determinado em salários mínimos e os que recebam por produção.

CLÁUSULA 4ª - PISO SALARIAL

Fica estabelecido a título de Piso Salarial da Categoria que envolve apenas o pessoal dos Barcos de Pesca, de acordo com as funções exercidas, os seguintes valores:

Para os **PESCADORES** (tripulantes) equivalente a:

- 2,0 (dois salários mínimos);

Para os **MESTRES e MOTORISTAS** equivalente a:

- 3,5 (três salários mínimos e meio)

Parágrafo Único - Convencionam as partes que no caso de mudanças na conjuntura econômica do setor pesqueiro ou quanto a captura poderão através de negociações reverem os pisos ora estabelecidos.



CLÁUSULA 5ª - 13º SALÁRIOS

O décimo terceiro salário será pago até o dia 20 de Dezembro de cada ano.

CLÁUSULA 6ª - DOMINGOS E FERIADOS

Os serviços prestados nos domingos ou feriados, serão compensados, segundo a conveniência do serviço, por descanso em período equivalente no dia seguinte ou nos subsequentes ou por descanso no fim da viagem, ou ainda, pelo pagamento do salário correspondente.

CLÁUSULA 7ª - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Fica vedado o contrato de experiência para empregados que já trabalharam, anteriormente, na mesma empresa.

CLÁUSULA 8ª - LICENÇA REMUNERADA PARA CASAMENTO.

Aos empregados abrangidos pelo presente Contrato Coletivo, será concedido licença remunerada de 08 (oito) dias consecutivos ou uma viagem redonda, a partir do dia do casamento.

Parágrafo Único - No caso de embarcação que adote o procedimento de viagem redonda, este prazo será em cada caso revisto, para adaptá-lo ao sistema de viagem, embarque ou desembarque de acordo com o ajuste entre o interessado e a tripulação, que firmará expressamente o prazo de licença, não podendo exceder a uma viagem.

CLÁUSULA 9ª - NASCIMENTO DE FILHO

Será concedida licença remunerada de 06 (seis) dias úteis consecutivos para que o empregado possa prestar assistência a família, a partir da data do nascimento do seu filho, ou de seu retorno da viagem.

CLÁUSULA 10ª - RESCISÕES ASSISTÊNCIA SINDICAL

As rescisões de contratos de trabalho de empregados embarcados após 90 (noventa dias), quer contratado sob Contrato de Experiência quer contratado em prazo indeterminado ou mesmo por contrato determinado serão obrigatoriamente homologadas no Sindicato.

Parágrafo Único - As empresas que não efetuarem a homologação da rescisão de Contrato de Trabalho junto ao Sindicato Contratante, pagarão multa equivalente ao maior Piso Salarial da Categoria por rescisão não homologada. A multa reverterá aos cofres da Entidade Profissional.



CLÁUSULA 11ª - COPIA DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E RESCISÃO

O empregador se obriga a entregar a segunda via do Contrato de Experiência e/ou Contrato de Trabalho ao empregado quando da admissão, bem como cópia do recibo da rescisão.

CLÁUSULA 12ª - NORMAS CONVENCIONAIS

Nenhuma disposição de contrato individual de trabalho que contrarie esta Convenção poderá prevalecer na execução da mesma e serão consideradas nulas de pleno direito, incorporando-se à presente as alterações que a legislação impuser à política salarial.

CLÁUSULA 13ª - AUXILIO FUNERAL

Aos dependentes no caso de morte do empregado, será pago o valor de dois salários normativos da função do falecido.

CLÁUSULA 14ª - MENSALIDADES SINDICAIS

Desde que fornecidas as guias e a relação dos associados, as empresas recolherão ao Sindicato dos Empregados, até o 10 (décimo) dia do mês subseqüente ao do desconto, as mensalidades, desde que por eles autorizados.

CLÁUSULA 15ª - SEGURO DE VIDA

As empresas, através do Sindicato Patronal, contratarão Seguro de Vida em Grupo e de Acidentes Pessoais, envolvendo a morte natural, acidental e invalidez permanente, sendo que o prêmio mensal será arcado, 50% (cinquenta por cento) pela empresa e 50% (cinquenta por cento) pelo empregado, mediante desconto em folha de pagamento.

Parágrafo Primeiro: O valor mínimo do seguro, no caso de morte, não poderá ser inferior a soma do salário normativo de 30 (trinta) meses em caso de morte natural e o dobro em caso de morte acidental.

Parágrafo Segundo: O empregado admitido na empresa ingressará no plano mínimo do seguro em cada escala de funções, sem limite de idade.

Parágrafo Terceiro: O empregado, mesmo estando em auxílio-doença ou acidentado, fora portanto das atividades, fará jus ao seguro.

Parágrafo Quarto: O plano de seguro deverá estender o benefício até 30 (trinta) dias após o efetivo desligamento do empregado.

Parágrafo Quinto: A partir da data de admissão as empresas terão vinte dias para informar os profissionais (pescadores, mestres, motoristas) o endereço e nome da seguradora.

Parágrafo Sexto : O Seguro a ser descontado pelo empregador não poderá ser maior do que o maior prêmio cobrado pelas seguradoras credenciadas pelos Sindicatos.



Parágrafo Sétimo: As seguradoras e ou corretoras que pretenderem se credenciar nos Sindicatos, deverão oferecer além das cláusulas convencionais, outras vantagens para a categoria, como transporte em ambulância, pagamento de despesas médico-hospitalares, pagamento de indenizações por morte de dependentes e pagamento de indenização, ainda que proporcional, no caso de desaparecimento no mar.

CLÁUSULA 16ª - GARANTIAS ESPECIAIS DE EMPREGO

AVISO PRÉVIO DE 60 (sessenta) DIAS - O empregado com mais de 03 (três) anos de serviço ininterrupto na mesma empresa, em caso de rescisão sem justa causa terá garantido o aviso prévio de 60 (sessenta) dias, sendo que 30 (trinta) dias serão pagos pelo piso.

EM IDADE DE APOSENTADORIA - Será garantido o emprego e salário, se o empregado contar com mais de 03 (três) anos de trabalho ininterrupto na mesma empresa e faltar 24 (vinte e quatro) meses para aposentadoria. Tempo este devidamente comprovado com contagem do órgão previdenciário, por certidão ou declaração.

OS EMPREGADOS ACIDENTADOS NO TRABALHO - Que tiverem redução da capacidade laborativa, declarada pela Previdência Social, terão estabilidade no emprego, na forma do Art. 118 e Parágrafo da Lei nº 8.213, de 24.07.1991, salvo dispensa por justa causa, pedido de demissão ou acordo entre as partes ou ainda negar-se a retornar ao trabalho. Não será beneficiado com estabilidade o empregado que houver provocado o acidente em razão de dolo ou culpa, desde que seja comprovado pela CIPA da empresa, com assistência do sindicato.

CLÁUSULA 17ª - INDENIZAÇÃO ADICIONAL

O empregado dispensado sem justa causa, no período de 45 (quarenta e cinco) dias da data que antecede à correção salarial, neles podendo se completar o aviso prévio já dado há mais de 15 dias, fará jus à indenização adicional de 01 (um) salário mensal, excluídas as rescisões na época do defeso.

Parágrafo Único - Ficará desobrigada ao pagamento da Indenização prevista nesta Cláusula a empresa que promover a rescisão por motivo dos defesos, desde que conceda a garantia de retorno. Concedida a garantia e não praticada, fará o empregado jus ao recebimento do piso vigente na época em que deveria retornar.

CLÁUSULA 18ª - FILIAÇÃO SINDICAL

As empresas colaborarão na filiação sindical de seus empregados entregando, no ato da admissão na empresa, ficha associativa fornecida pela entidade sindical, facultando, porém, a liberdade de associação.



CLÁUSULA 19ª - MULTA CONVENCIONAL

Fica estabelecida entre as partes convenientes, a multa de 20% (vinte por cento) do valor do Piso Salarial recebido pelo empregado objeto da multa, que será revertida em favor do empregado ou da empresa, quando descumpridas quaisquer cláusulas da presente Convenção, por infração e por mês, excluída a cláusula 14a..

Parágrafo Primeiro - A multa quando for cobrada através de ação judicial, ou reclamada coletivamente, terá seu valor revertido aos cofres da entidade dos trabalhadores.

Parágrafo Segundo - Não estando o empregado devidamente segurado, na forma prevista na cláusula 15a. deste Contrato e ocorrer acidente com invalidez permanente ou invalidez parcial, pela perda de um ou mais membros ou da capacidade laborativa ou morte, a empregadora deverá pagar a indenização do valor do seguro em dobro, mesmo na invalidez parcial, como prevista na apólice acidentária adotada pelas demais empresas, até 30 (trinta) dias após o evento.

CLÁUSULA 20ª - DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS

As empresas serão obrigadas a fornecer, no ato do pagamento, envelope ou documento discriminativo dos valores que os empregados receberem, inclusive recolhimento do FGTS.

CLÁUSULA 21ª - COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL

As empresas complementarão a remuneração de seus empregados que estiverem em auxílio previdenciário decorrente de acidente de trabalho ou doença, desde que o afastamento previdenciário seja superior a 3 (três) meses devendo o empregado apresentar o comprovante da previdência e sendo-lhe garantida a complementação durante o período de 12 (doze) meses, no máximo.

Parágrafo Único - A complementação acima será a diferença entre o valor pago pela Previdência Social e o valor do piso salarial devido ao empregado, caso o empregado estivesse em atividade.

CLÁUSULA 22ª - SOLUÇÃO AMIGÁVEL

O Sindicato Profissional compromete-se procurar uma solução amigável para qualquer reclamação que porventura tenham seus associados, dirigindo-se às empresas antes do ingresso em Juízo.

CLÁUSULA 23ª - DESLIGAMENTO FORA DO LOCAL DE CONTRATAÇÃO

Quando o desligamento do empregado se verificar fora do local de contratação, a empresa arcará com as despesas de viagem de volta ao local onde foi contratado, sendo que as despesas com alimentação poderão ser deduzidas na rescisão. Para os fins do disposto nesta cláusula o empregado deverá apresentar os comprovantes de despesas de viagem (transporte).



CLÁUSULA 24ª - PRODUÇÃO

Quando houver contratação com remuneração por produção, a cada acerto de contas não poderá ser ultrapassado prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único - Caso a viagem seja de longa duração, o acerto de contas será feito sempre no final das mesmas, obrigando-se a empresa a formular o pagamento até o 5º (quinto) dia após a atracação.

CLÁUSULA 25ª - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

A empresa fornecerá aos empregados gratuitamente equipamento de proteção de trabalho (ex: botas de borracha, capas de chuva, luvas, etc.), ficando vedado qualquer desconto do mesmo, desde que a perda do equipamento não tenha se dado por mal uso.

CLÁUSULA 26ª - CONCILIAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

Havendo divergências entre os contratantes por motivo da aplicação das cláusulas deste contrato, comprometem-se as partes, discuti-las com o objetivo de procurar um acordo que será expresso em termo aditivo, permanecendo, porém, qualquer dúvida, esta será dirimida pelo poder judiciário, por iniciativa de qualquer das partes.

CLÁUSULA 27ª - REVISÃO DOS DISPOSITIVOS

Os dispositivos do presente Contrato serão totalmente revistos ao término de sua vigência, comprometendo-se o Sindicato Profissional, até o dia 20 de Janeiro de 2.000 encaminhar ao Sindicato Patronal o "ROL DE REIVINDICAÇÕES"

CLÁUSULA 28ª - LIVRE ACESSO

A Diretoria do SITRAPESCA terá assegurado livre acesso ao trapiche e embarcações acostadas aos cais, desde que acompanhado por representante da empresa ou armador.

CLÁUSULA 29ª - AVISO PRÉVIO

O Aviso Prévio quando concedido pela Empresa terá duração máxima de 15 (quinze) dias para o cumprimento pelo empregado, porém o empregado receberá o aviso prévio integralmente, ressalvado o período de início dos defesos.

CLÁUSULA 30ª - CURSOS DE FORMAÇÃO

Havendo Cursos de Formação no SESI, SENAI, CAPITÂNIA DOS PORTOS ou outra Instituição reconhecida e recomendada pelo Sindicato Patronal, as empresas de pesca à pedido do Sindicato Profissional, liberarão no máximo 2 (dois)

profissionais (pescadores, motorista ou mestres) para participarem dos cursos profissionalizantes, sem qualquer prejuízo salarial ou ônus para os participantes.



Parágrafo Único - O Sindicato Profissional deverá consultar previamente o Mestre da Embarcação.

CLÁUSULA 31ª - EXAMES MÉDICOS

Os exames médicos laboratoriais, desde que exigidos por lei ou pelo empregador, serão pagos pelo empregador e realizados em locais por ele indicados.

CLÁUSULA 32ª - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Terá direito as férias proporcionais, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), o empregado que solicitar seu desligamento do quadro de funcionários, desde que tenha mais de 5 (cinco) meses de vínculo empregatício.

CLÁUSULA 33ª - DISPENSA POR JUSTA CAUSA

As empresas que demitirem os empregados por justa causa, obrigam-se a comunicar-lhes, por escrito, o motivo determinante da demissão, mencionando a letra do art. 482 da CLT, sendo que 01 (uma) via desta comunicação deverá ser encaminhada ao Sindicato Profissional, salvo quando houver a homologação da rescisão.

CLÁUSULA 34ª - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

As verbas rescisórias devidas aos empregados serão pagas nos seguintes prazos:

- a) até o primeiro dia útil imediato ao término do Contrato de Trabalho quando houver aviso prévio trabalhado;
- b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência, indenização ou dispensa do cumprimento do aviso prévio.

Parágrafo Único - Não sendo pagas no prazo acima as verbas rescisórias, ressalvados o casos de não comparecimento do empregado, serão atualizadas monetariamente.

CLÁUSULA 35ª ANOTAÇÕES NA CTPS

Serão anotadas nas Carteiras dos Empregados, as funções efetivamente exercidas e respectivos salários.

CLÁUSULA 36ª - MEDICAMENTOS

As empresas poderão favorecer seus empregados, da seguintes forma:

- a) estabelecendo, sempre que possível, convênios com farmácias ou drogarias para compra de medicamentos;
- b) adiantando o valor pago pelos medicamentos, ou obtendo seu fornecimento para posterior desconto em folha, podendo a critério da empresa, quando

o custo dos medicamentos ultrapassar a 20% (vinte por cento) do piso salarial, o desconto ser feito na folha de pagamento do mês e o saldo no mês seguinte.



CLÁUSULA 37ª - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

As empresas enviarão ao Sindicato da categoria Profissional, cópia do comunicado do acidente de trabalho fatal, tão logo tenha conhecimento do evento.

CLÁUSULA 38ª - INVENTÁRIO DO MATERIAL DE BORDO

Ao condutor motorista e ao cozinheiro será apresentado o inventário de todo material existente a bordo e sob suas responsabilidades, sendo a relação pelos mesmos conferidas e assinadas, ficando a partir deste momento responsáveis por estes materiais.

CLÁUSULA 39ª - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Fica acordado que todas as empresas da pesca, com sede ou filial na base territorial comum às entidades contratantes descontarão, de cada um de seus empregados, sindicalizados ou não, respeitado o direito de oposição nos termos do parágrafo terceiro – abrangido pelo presente contrato, a importância equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) ao mês, dos valores dos pisos.

Parágrafo Primeiro – A contribuição da cláusula acima repassada ao Sindicato dos Empregados através de guias próprias, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao desconto, sob pena de incorrer na multa de 20% (vinte por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias, com o adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês e correção monetária, ficando, nesse caso, o infrator isento de outra penalidade.

Parágrafo Segundo – Não haverá o desconto de que se trata o parágrafo anterior, desde que o empregado comprove, ainda que seja com cópia do recibo de salário, que já efetivou o desconto no mês quando esteve empregado em outra empresa.

Parágrafo Terceiro – Havendo oposição de algum trabalhador quanto ao desconto referido nesta cláusula, a Empresa comunicará o fato imediatamente ao SITRAPESCA para que a Entidade Sindical Profissional providencie no prazo máximo de 10 (dez) dias, Declaração de Oposição ao Desconto, que deverá ser firmada de próprio punho, pelo empregado, ficando assim, dispensado do pagamento da Contribuição.

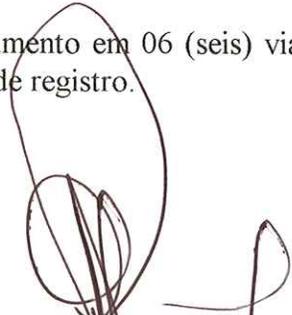
Parágrafo Quarto – Considerando que a presente Convenção Coletiva de Trabalho só está sendo assinada nesta data, a Contribuição prevista nesta cláusula, é obrigatória a partir de Abril/99.

E, por estarem, assim, justos e contratados, os representantes legais das Entidades Sindicais, assistidos por seus respectivos Advogados, assinam o presente

documento em 06 (seis) vias, de igual teor, devendo ser encaminhada à DTR/SC para fins de registro.

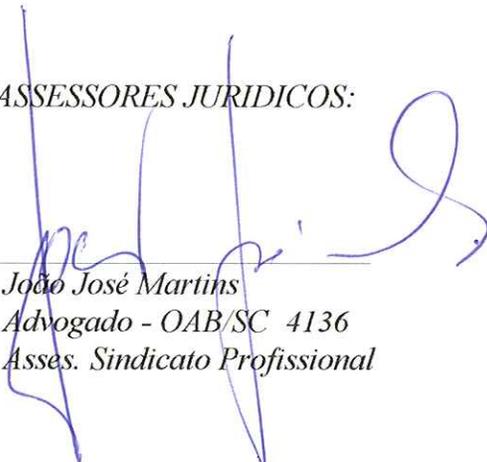


Itajaí (SC), 05 de abril de 1999 .


Sindicato da Indústria da
Pesca de Itajaí
Giacomo Vicente Perciavalle
Presidente

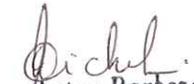

Sindicato dos Trabalhadores nas
Empresas de Pesca de SC
Manoel Xavier De Maria
Presidente

ASSESSORES JURIDICOS:


João José Martins
Advogado - OAB/SC 4136
Asses. Sindicato Profissional


Mario Cesar dos Santos
Advogado - OAB/SC 3159
Asses. Sindicato Patronal

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM S.C.
SERVIÇO DE RELAÇÕES DO TRABALHO
CONVENÇÃO COLETIVA Nº. 384
Convenção Coletiva de Trabalho registrada nesta
DRT/SC às fls. 24 do livro nº. 21, com
vigência 01/03/1999 à 28/02/2000
Florianópolis, 19/04/1999


Ca. 105 Artur Barboza
CHEFE SERVIÇO RELAÇÕES
DO TRABALHO - DRT/SC